



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



<b>Processo nº</b>	10925.000755/2005-59
<b>Recurso</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>3401-007.509 – 3ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	23 de junho de 2020
<b>Recorrente</b>	SADIA S/A
<b>Interessado</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS  
INDUSTRIALIZADOS (IPI)**

Período de apuração: 01/07/2004 a 30/09/2004

**DIREITO CREDITÓRIO. ÔNUS PROBATÓRIO DO POSTULANTE.**

Nos processos derivados de pedidos de ressarcimento e declaração de compensação, a comprovação do direito creditório incumbe ao postulante, que deve carrear aos autos elementos probatórios suficientes para demonstrar a existência, certeza e liquidez do crédito pleiteado.

**IPI. TRANSFERÊNCIA DE INSUMOS ENTRE ESTABELECIMENTOS DA MESMA EMPRESA. IMPOSTO NÃO DESTACADO NA NOTA FISCAL. DÉBITO NO REMETENTE NÃO COMPROVADO. CREDITAMENTO NO DESTINATÁRIO. IMPOSSIBILIDADE.**

Na transferência de insumos entre estabelecimentos da mesma empresa, na ausência de destaque do IPI na nota fiscal e de outros elementos que comprovem o débito do imposto no remetente, indefere-se o crédito no destinatário.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

(documento assinado digitalmente)

Tom Pierre Fernandes da Silva – Presidente

(documento assinado digitalmente)

Carlos Henrique de Seixas Pantarolli - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Carlos Henrique de Seixas Pantarolli, Mara Cristina Sifuentes, Oswaldo Gonçalves de Castro Neto, Lázaro Antonio Souza

Soares, João Paulo Mendes Neto, Fernanda Vieira Kotzias, Leonardo Ogassawara de Araújo Branco e Tom Pierre Fernandes da Silva.

## Relatório

Por bem retratar os fatos e por medida de celeridade e eficiência processual, adoto parcialmente o relatório constante do Acórdão recorrido:

*O processo administrativo, posteriormente ao seu protocolo, foi materializado na forma eletrônica, razão pela qual todas as referências a folhas dos autos irão pautar-se na numeração estabelecida no processo eletrônico.*

*A contribuinte solicitou o ressarcimento de IPI, no valor de R\$ 38.161,46, relativamente ao 3º trimestre de 2004, referente a saldo credor de IPI em seu Livro Registro de Apuração do IPI, matriz Sadia S/A CNPJ 20.730.099/000152.*

*Com base na informação fiscal de fls. 71/73, a Delegacia da Receita Federal em Joaçaba proferiu o Despacho Decisório de fls. 74/75, no qual indeferiu o pedido de ressarcimento do IPI. Segundo consta, a contribuinte se creditou na rubrica “Outros Créditos”, de créditos relativos a transferências de insumos de outros estabelecimentos para o estabelecimento requerente. Entretanto, as notas fiscais relativas à essas transferências não apresentavam o destaque do IPI, e por isso, não havia suporte para o creditamento.*

*Em razão do indeferimento do ressarcimento do IPI, não ocorreu a compensação dos débitos vinculados ao presente processo.*

*Regularmente científicada, a postulante apresentou a manifestação de inconformidade de fls. 86/93, alegando, em resumo, o seguinte:*

1. *A autoridade agarra-se em mera formalidade, o fato do IPI não estar destacado na nota, o que não pode ter o condão de afastar o direito incontrovertido ao crédito de IPI;*
2. *A autoridade fiscal não contesta que a empresa suportou a carga tributária do IPI e tem direito ao ressarcimento;*
3. *A Carta cobrança SAORT nº 11.634/05 deve ser cancelada tendo em vista que o despacho que glosou todo o crédito pleiteado no pedido de compensação está sendo impugnado;*
4. *Justifica que não foi destacado o valor do IPI sobre as transferências de produtos porque os valores constantes em estoque gerariam créditos indevidos de IPI;*
5. *Deve ser prestigiado o contribuinte que está de boa-fé, que recolhe seus tributos.*

*Por fim, requer o deferimento integral do pedido e, ainda, o cancelamento do aviso de cobrança SAORT nº 11.634/05.*

**A decisão de primeira instância** foi unânime pela improcedência da Manifestação de Inconformidade, conforme ementa abaixo transcrita:

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS IPI**

*Período de apuração: 01/07/2004 a 30/09/2004*

**IPI. TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITO. AUTONOMIA DOS ESTABELECIMENTOS**

*O IPI é regido pelo princípio da autonomia dos estabelecimentos.*

**IPI. TRANSFERÊNCIA ENTRE ESTABELECIMENTOS DA MESMA PESSOA JURÍDICA. SUSPENSÃO DO IMPOSTO. RESSARCIMENTO DE IPI. VEDAÇÃO.**

*A transferência com suspensão de IPI de produtos entre estabelecimentos da mesma pessoa jurídica não enseja ao destinatário o aproveitamento do crédito, vez que não houve o destaque do imposto.*

Cientificada do acórdão de piso, a empresa interpôs **Recurso Voluntário** em que repisa os argumentos da Manifestação de Inconformidade.

Encaminhado ao CARF, o presente foi distribuído, por sorteio, à minha relatoria.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Carlos Henrique de Seixas Pantarolli, Relator.

O presente Recurso Voluntário atende aos pressupostos de admissibilidade e, portanto, dele tomo conhecimento.

A Recorrente pretende ver reformado Acórdão que manteve a denegação de créditos básicos de IPI apurados em razão do recebimento de insumos em transferência da filial de Paranaguá sem o destaque do IPI na nota fiscal. Alega que informou nas informações complementares alíquota, base de cálculo e valor do débito e que não realizou o destaque porque os valores de estoque dos referidos produtos são compostos do valor importado e dos valores das despesas posteriores ao desembaraço de modo que, se fosse utilizado o campo específico, geraria um valor superior de IPI, redundando num creditamento a maior.

De início, deixo de conhecer a argumentação aduzida contra a carta de cobrança enviada ao contribuinte em face do efeito suspensivo do presente recurso, nos termos do art. 151, III do CTN e por considerar que eventuais questões controversas acerca da execução dos débitos estejam fora do escopo deste julgamento.

Aplica-se às regras de incidência do IPI o princípio da autonomia dos estabelecimentos, consoante o parágrafo único do art. 51 do Código Tributário Nacional e os arts. 313 e 518, IV, do RIPI/2002:

*Art. 51. Contribuinte do imposto é:*

*I – o importador ou quem a lei a ele equiparar;*

*II – o industrial ou quem a lei a ele equiparar;*

*III – o comerciante de produtos sujeitos ao imposto, que os forneça aos contribuintes definidos no inciso anterior;*

*IV – o arrematante de produtos apreendidos ou abandonados, levados a leilão.*

*Parágrafo único. Para os efeitos deste imposto, considera-se contribuinte autônomo qualquer estabelecimento de importador, industrial, comerciante ou arrematante.*

Como decorrência da autonomia, nas transferências de mercadorias entre estabelecimentos da mesma empresa, via de regra, incide o imposto na saída do estabelecimento remetente. Contudo, conforme previa o inciso X do art. 42 do RIPI/2002, havia permissivo para que a saída se desse com a suspensão do imposto:

*Art. 42. Poderão sair com suspensão do imposto:*

(...)

*X - os produtos remetidos, para industrialização ou comércio, de um para outro estabelecimento, industrial ou equiparado a industrial, da mesma firma;*

O destaque do imposto na nota fiscal é o pressuposto para a escrituração do débito no Livro de Apuração do IPI do remetente e consequente creditamento no destinatário. Segundo o art. 353 do RIPI/2002, as notas fiscais que não contiverem as informações necessárias ao cálculo do imposto no campo próprio não servirão de prova em favor do contribuinte:

*Art. 353. Serão consideradas, para efeitos fiscais, sem valor legal, e servirão de prova apenas em favor do Fisco, as notas fiscais que (Lei nº 4.502, de 1964, art. 53, e Decreto-lei nº 34, de 1966, art. 2º, alteração 15<sup>a</sup>):*

(...)

*II - não contiverem, dentre as indicações exigidas nas alíneas b, f até h, j, e l, do quadro "Dados do Produto", de que trata o inciso IV do art. 339, e nas alíneas e, i, e j, do quadro "Cálculo do Imposto", de que trata o inciso V do mesmo artigo, as necessárias à identificação e classificação do produto e ao cálculo do imposto devido (Lei nº 4.502, de 1964, art. 53, e Decreto-lei nº 34, de 1966, art. 2º, alteração 15<sup>a</sup>); (grifo nosso)*

Tenho presente que as notas fiscais apresentadas pelo Recorrente não foram emitidas com o destaque do imposto no campo próprio e, portanto, não servem sozinhas de prova do débito do imposto no estabelecimento remetente, de modo a permitir o aproveitamento do crédito no estabelecimento do Recorrente. Apesar de admitir a superação da falta de destaque do imposto no documento fiscal, fato é que inexistem nos autos outros elementos de prova hábeis a comprovar a alegada incidência, mormente o Livro de Apuração do IPI do estabelecimento remetente com a prova dos lançamentos a débito do imposto.

Convém assentar que, em processos de restituição/compensação, em que se discute o direito creditório do contribuinte, o ônus de provar a existência deste direito, bem como a certeza e a liquidez do crédito, recai sobre o postulante. Não se trata de imputação fiscal e, por conseguinte, não é dever da autoridade fiscal perscrutar a documentação fiscal da empresa ou

realizar perícias e diligências, com o fito de produzir prova suficiente ao reconhecimento do direito, pois sendo o requerimento de iniciativa do próprio contribuinte, incumbe a ele o ônus de provar o que alega, nos termos do art. 373, I do CPC, de aplicação subsidiária ao processo administrativo fiscal.

A jurisprudência deste Conselho Administrativo de Recursos Fiscais caminha pacífica neste sentido:

**"ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO NO QUAL SE FUNDAMENTA A AÇÃO. INCUMBÊNCIA DO INTERESSADO.** Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado. **DILAÇÃO PROBATÓRIA. DILIGÊNCIAS.** A realização de diligências destina-se a resolver dúvidas acerca de questão controversa originada da confrontação de elementos de prova trazidos pelas partes, mas não para permitir que seja feito aquilo que a lei já impunha como obrigação, desde a instauração do litígio, às partes componentes da relação jurídica."

(Acórdãos n. 3403-002.106 a 111, Rel. Cons. Alexandre Kern, unâimes, sessão de 23.abr.2013) (grifo nosso)

**"PEDIDOS DE COMPENSAÇÃO/RESSARCIMENTO. ÔNUS PROBATÓRIO.** Nos pedidos de compensação/ressarcimento, incumbe ao postulante a prova de que cumpre os requisitos previstos na legislação para a obtenção do crédito pleiteado." (grifo nosso) (Acórdão n. 3403-003.173, Rel Cons. Rosaldo Trevisan, unâime - em relação à matéria, sessão de 21.ago.2014) (No mesmo sentido: Acórdão n. 3403-003.166, Rel Cons. Rosaldo Trevisan, unâime - em relação à matéria, sessão de 20.ago.2014; Acórdão 3403-002.681, Rel Cons. Rosaldo Trevisan, unâime - em relação à matéria, sessão de 28.jan.2014; e Acórdãos n. 3403-002.472, 473, 474, 475 e 476, Rel Cons. Rosaldo Trevisan, unâimes - em relação à matéria, sessão de 24.set.2013)

**"CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP. RESSARCIMENTO. ÔNUS PROBATÓRIO.** Nos processos relativos a ressarcimento tributário, incumbe ao postulante ao crédito o dever de comprovar efetivamente seu direito."

(Acórdãos 3401-004.450 a 452, Rel Cons. Rosaldo Trevisan, unâimes, sessão de 22.mar.2018)

**"PEDIDOS DE COMPENSAÇÃO/RESSARCIMENTO. ÔNUS PROBATÓRIO DO POSTULANTE.** Nos processos que versam a respeito de compensação ou de ressarcimento, a comprovação do direito creditório recai sobre aquele a quem aproveita o reconhecimento do fato, que deve apresentar elementos probatórios aptos a comprovar as suas alegações. Não se presta a diligência, ou perícia, a suprir deficiência probatória, seja do contribuinte ou do fisco. PAGAMENTO A MAIOR. COMPENSAÇÃO. AUSÊNCIA DE

*PROVA. A carência probatória inviabiliza o reconhecimento do direito creditório pleiteado”.*

*(Acórdão 3401-004.923 – paradigma, Rel. Cons. Leonardo Ogassawara de Araújo Branco, unânime, sessão de 21.mai.2018)*

*“PEDIDOS DE COMPENSAÇÃO/RESSARCIMENTO. ÔNUS PROBATÓRIO. DILIGÊNCIA/PERÍCIA. Nos processos derivados de pedidos de compensação/ressarcimento, a comprovação do direito creditório incumbe ao postulante, que deve carrear aos autos os elementos probatórios correspondentes. Não se presta a diligência, ou perícia, a suprir deficiência probatória, seja do contribuinte ou do fisco.”*

*(Acórdão 3401-005.460 – paradigma, Rel. Cons. Rosaldo Trevisan, unânime, sessão de 26.nov.2018)*

Do exposto, concluo pelo indeferimento do crédito por carência probatória, restando prejudicado o pedido de correção monetária do crédito pela SELIC.

Ante o exposto, voto por CONHECER do Recurso Voluntário e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao mesmo.

(documento assinado digitalmente)

Carlos Henrique de Seixas Pantarolli